



Mulheres judias e suas trajetórias familiares

Mujeres judías y sus trayectorias familiares

Maria Ariádina Cidade Almeida*

Teresa Almeida Cruz**

Resumo: Este artigo analisa as narrativas orais de duas mulheres descendentes de judeus marroquinos que migraram para a Amazônia no final do século 19. A pesquisa foi constituída pela metodologia da história oral, que propõe o uso da memória como fonte histórica, e a narrativa teorizada a luz do filósofo Paul Ricoeur, que afirma que narrar é contar uma história numa perspectiva de totalidade, realizando-se uma síntese do heterogêneo. Essas histórias heterogêneas enfocam as construções familiares, as relações de gênero e as dimensões mais significativas vivenciadas pelas narradoras, no contexto da diáspora marroquina no estado do Amazonas.

Palavras-chave: Memórias. Mulheres. Judaísmo.

Resumen: Este artículo analiza los relatos orales de dos mujeres judías descendientes de judíos marroquíes que emigraron a las Amazonas a finales Del siglo 19. La investigación fue compuesta para la metodología de la historia oral, em el que se propone el uso de la memoria como fuente histórica, y La teoría narrativa a la luz el filósofo Paul Ricoeur, que dice que narran es contar una historia em la perspectiva de todos, realizar una síntesis de heterogéneos. Estas historias se centran em lãs construcciones familiares heterogéneas, las relaciones de género y los aspectos más importantes de narradoras, e nel contexto de diáspora Marroquí e nel estado de Amazonas.

Palabras claves: Memorias. Mujeres. Judaísmo.

No final do século 19, ocorreu um considerável fluxo migratório de judeus oriundos do norte da África para a Amazônia, especialmente para os estados do Amazonas e Pará. Grande parte desses judeus vieram do Marrocos¹ onde viviam situações recorrentes de conflitos, perseguições religiosas, e dificuldades econômicas. Eram conhecidos por sefaraitas, ou sefaradins, cujo significado em hebraico era utilizado para designar os judeus oriundos de Sefarad (Espanha e Península Ibérica durante a Idade Média).² De acordo com Liberman (1990), a presença dos judeus no Marrocos ocorria desde o mundo antigo quando em 586 a.C Nabucodonozor destruiu o templo de Jerusalém e em 70 d.C durante o reinado do imperador Tito em Roma.



As principais motivações dessa migração para a Amazônia são apontadas por Benchimol (2008) como a promessa de liberdade de culto, a campanha publicitária internacional feita pelo governo da então província do Grão-Pará e o ideário do Eldorado, elemento comum do imaginário de migrantes que chegaram à região norte, em busca de riqueza e prosperidade. Essa migração é entendida pelo autor como uma migração familiar, distribuídas em quatro ondas geracionais.

Neste artigo, analisaremos as histórias familiares de duas judias da segunda geração, filhas de migrantes que nasceram no interior do Amazonas nas primeiras décadas do século 20. Elas apresentam suas experiências no âmbito familiar e individual. São mulheres que viveram diferentes contextos familiares e que, portanto, reagiram às formas de dominação e poder que perpassavam estas relações de maneiras distintas também. Mais do que um simples ordenamento de relatos descritivos de vidas, essa abordagem pode ser aliada ao processo de produção historiográfica, como portadora de um novo olhar que qualifica a memória e a história sob o ponto de vista do próprio sujeito histórico.

Essa noção de sujeito histórico ancora-se na suposição da História Social que considera a experiência histórica como luta política. Assim, “se a dominação permeia o conjunto da vida social, a resistência está aí igualmente presente, não apenas de forma organizada, mas também sob formas “surdas”, “implícitas” (VIEIRA, *et al.* 1995, p. 8). Essas formas surdas e implícitas encontram-se presentes nessas narrativas, que neste artigo, possui igualmente o sentido de trajetória familiar, uma vez que as entrevistadas interpretam os acontecimentos familiares a partir do seu ponto de vista e do seu lugar no conjunto das relações sociais.

Nesse sentido, a história oral torna-se uma importante ferramenta na promoção de uma História mais diversificada, que admite “outras versões” sobre o passado. Analisando as memórias da violência terrorista na perspectiva das mulheres italianas, Luisa Passerini (2011) observa que “é impressionante a diferença entre o escrito e oral no que diz respeito a relevância do imaginário. A escritura parece excluir quase totalmente o aspecto fantástico, fazendo prevalecer um tom discursivo, racional, conseqüentemente” (p. 40).

Esse aspecto emotivo da História Oral coloca-a na perspectiva de uma metodologia interdisciplinar, que considera a memória como uma forma de subjetividade “e este termo implica necessariamente a intersubjetividade, já que a memória narrativa de que trato só se constitui como diálogo, como troca entre sujeitos diferentes” (PASSERINI, 2011, p. 07). Assim, uma narrativa oral é sempre uma fonte que possui elementos pessoais subjetivos e históricos sociais,



seja por estar situada numa relação dialógica com o pesquisador, ou por estar se remetendo a uma experiência que foi vivenciada e partilhada coletivamente.

As histórias que discutimos neste artigo foram narradas por Luna Cagy, 93 anos de idade, filha de imigrantes marroquinos, nascida na cidade de Manaus, cuja história de vida nos ajuda a compreender as formas de organização familiar e comunitária desenvolvidas pelas famílias judaicas tradicionais, e Clara Azulay, 86 anos de idade, nascida no município de Itacoatiara, órfã, casada com um português católico. Sua história apresenta outras conjunturas familiares, bem como as infinitas possibilidades de vida, criada pela narradora.

Essas memórias mostram elos na cadeia da história, que transcendem o espaço familiar, envolvendo pessoas, cenários, ambientes específicos, e os sentimentos surgidos ao longo da conversa, sintetizando o que significou cada experiência vivida. Embarcar nessas histórias é captar os registros da presença de uma memória viva e pulsante, que nos apresenta as contradições vivenciadas por essas mulheres, mostrando-nos a heterogeneidade das famílias judaicas que viveram e vivem no estado do Amazonas.

1 Memórias familiares e as relações de Gênero

Em Parintins, foi onde eu vivi melhor, lá eu fui feliz.

Luna Cagy

Aos noventa e três anos, e com uma excelente lucidez, Luna Cagy usou essas palavras para iniciar a entrevista, lembrando-se do tempo em que ela e sua família moravam no interior. Filha de judeus marroquinos, contou-nos que seus pais chegaram ao estado, ainda jovens, por volta da primeira década do século 20:

Eles vieram do Marrocos, pai e mãe. Eu não sei a cidade, mas eu sei que a minha mãe com meu pai veio de lá. Ela veio muito jovem, parece com quatorze ou quinze anos casada. Casou porque meu pai vinha pra cá pro Brasil, e como tinha medo que ele arrumasse outra, né? Pra cá. Então, os pais dela, obrigaram ele a casar (CAGY, 2011. Entrevista).

O pai de Cagy foi um imigrante atraído pelas políticas de imigração do país, que fazia uso da propaganda para chamar a atenção de trabalhadores estrangeiros. Ao chegar ao Amazonas, foi trabalhar com produtos de origem extrativista, comprando e vendendo na região do médio Amazonas. Seus pais foram morar em uma cidade da região chamada Tefé, e como sua mãe teve uma complicação no parto, ela, filha mais velha de cinco irmãos, nasceu em Manaus.



Permaneceu no interior até os vinte anos de idade, vivendo sua infância e juventude naquela cidade. Falando da distribuição familiar do trabalho, ela menciona que quando o seu pai fixou-se como comerciante, seus irmãos passaram a trabalhar com ele no comércio. Ela, a irmã e a mãe restringiram-se às atividades domésticas: “Meu pai ficou no Ararí, os homens ajudavam no comércio, o mais velho, Deus o livre!”. Entretanto, quando perguntamos o que ela fazia, respondeu com risos:

Nada (risos). Minha mãe só trabalhava em casa, e eu só trabalhava em casa, eu cozinhava, eu costurava pra nós, pra casa, pros meus irmão, pra minha mãe. Depois que meu pai morreu, eu não deixava mais minha mãe entrar na cozinha era só eu. Porque ela ficou triste né? (CAGY, 2011. Entrevista)

Como apresentado, a distribuição das atividades seguia o modelo de família patriarcal, em que os homens eram responsáveis pela manutenção familiar, desenvolvendo funções “fora” do ambiente doméstico, portanto, no espaço público, enquanto as mulheres estavam presas às atividades do lar, relacionadas ao espaço privado. Portanto, esta narrativa revela a divisão sexual do trabalho, que, como analisam Hirata e Kergoat,

é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Por isso que na fala de Luna Cagy, que traz o pensamento de seu tempo histórico e de sua experiência social, o trabalho doméstico não é valorizado, não é considerado como trabalho por estar ligado à esfera da reprodução. Por outro lado, o trabalho de seu pai e irmãos no comércio é o produtivo que gera dinheiro, que é valorizado, reconhecido. Nesse sentido, Hirata e Kergoat vão além nas análises dessa divisão social do trabalho, afirmando que ele tem dois princípios organizadores:

o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de



mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Essa forma de estruturação familiar não era apenas das famílias judaicas, mas de uma sociedade que ainda não pensava a mulher enquanto agente histórico, como ocorreu a partir da metade do século 20. No caso da nossa narradora, esse modelo de família patriarcal, apreendido com os pais ganhou uma dimensão concreta em sua vida familiar. Quando questionada sobre o convívio com as pessoas de Parintins, ela nos disse:

O convívio era só na minha casa (risos). Eu não saía de casa, eu só vivia com meus filhos, meu marido. Meus amigos iam lá em casa. Mas eles iam mais por causa do meu marido, que era comerciante do que por causa de mim que não saía de casa. Eu não gostava de sair não, eu sempre fui assim, desde nova. Eu gostava de estar em casa com meu marido, com meus filhos. Até roupa era o meu marido que escolhia pra mim (CAGY, 2011. Entrevista)

Contemporânea de uma cultura em que as mulheres não possuíam uma participação social mais ativa, a sua vida se passou em sua maior parte, dentro da sua própria casa, cujo convívio por excelência era com os familiares. Até roupa o marido comprava para ela e quando questionamos sobre isso, ela afirma: “Eu só gostava do que ele comprava pra mim”. Essa atmosfera de dedicação ao lar, proteção, e dependência da família, fez com que ela elegeesse essa fase como a mais significativa da sua vida. Suas lembranças são carregadas de saudosismo, de um tempo em que ela e a família viviam todos juntos, pois, para ela o sentido de uma vida feliz estava naquele modo simples e obsoleto:

Tudo me marcou, lá eu fui muito feliz, eu me casei no civil e religioso, foi mandado trazer o oficiante daqui (de Manaus). Eu tenho saudade demais de Parintins, lá eu vivia com os meus filhos. Aqui eu perdi meus quatro filhos homem, e lá eu tinha todos, o meu marido... Eu morava junto com as minhas cunhadas, e depois meu marido abriu uma porta e a gente foi morar do lado, mas era a mesma casa. Já em Manaus meu marido ficou esclerosado e eu passei dez anos lutando com ele (CAGY, 2011. Entrevista).

As memórias retomadas por Luna Cagy nos fazem pensar naquilo que Ricoeur (2000) chama de “função narrativa”, que consiste na fusão entre história e ficção, em que o narrar torna-se uma atitude, a qual o conhecimento de si é uma



interpretação. Para Ricoeur, as vidas humanas “são legíveis quando são interpretadas em função de histórias que as pessoas contam” (p. 26). As interpretações da narradora mostram como as rupturas por qual passou são explicadas pela mudança de cidade, evidenciando as dificuldades de assimilar os traumas e relevando, inclusive, como esta memória é um indicativo revelador da sua condição presente.

No entanto, é bom lembrar que sua condição de sujeito histórico não se encerrou dentro de uma família tradicional patriarcal, pois, o fato de não possuir uma atuação social mais expressiva não significou que não tivesse suas próprias ideias e opiniões. Ao se referir sobre os casamentos mistos, que na sua época eram rejeitados por algumas famílias que não aceitavam a quebra desse valor, ela soube expressar muito bem seu ponto de vista:

Eu nunca fui contra, meu marido que falou para um namorado da Esther, quando ela tinha quinze anos, que era melhor eles se separarem porque ele era católico e ela judia, mas só depois que ela ficou sabendo. Mas eu sempre fui contra isso, porque eles se gostavam, né? E ela acabou casando com católico, o Abraham, o Messias também casaram com católicos. A nossa família, também era contra, mas não tinha muito judeu pra casar em Parintins. Mas tinha uma família que foi contra mesmo (CAGY, 2011. Entrevista).

Nesse sentido, percebemos que não existem sujeitos passivos e não conscientes na história, pois independentemente das estruturas sociais e institucionais, os indivíduos, dentro das suas possibilidades, forjam modos alternativos de defesa, resistência, contra resistência, escapes, enfim, são sujeitos históricos, capazes de sobreviver às conjunturas e estruturas específicas. Dona Luna Cagy é um exemplo de quem fez uso desses modos alternativos. Sua narrativa mostra-nos como a oralidade pode contribuir na superação da ideia simplista de uma memória e tradição oral que exprimem a alma de um grupo, na sua expressão mais formalizada, de forma pura e original.

Eu me casei muito nova também...

Clara Azulay

A narração oral trazida pela voz transmite uma forma muito mais espacial e simbólica, do que temporal, pois quando ouvimos o movimento da linguagem com suas imagens de lugares, pessoas, representações, também nós pesquisadores somos lançados para um campo de correspondência entre o



passado e o presente. Foi isso, que a história de vida de Clara Azulay provocou em nós, pois sua linguagem é tão rica de movimentos que percebemos a revelação da sua experiência através das palavras.

Aos oito anos de idade Clara Azulay já era órfã de mãe e pai. Ela e o irmão passaram a ser criados pelas avós. O irmão ficou sob a responsabilidade da avó paterna e Clara ficou sob a guarda da avó materna. Sua mãe faleceu quando ainda tinha sete meses e seu pai, oito anos depois, foi vítima talvez de uma infecção ou embolia pulmonar. As dificuldades de sua vida começaram, quando seu avô foi vítima de um homicídio em Itacoatiara:

Depois que ela faleceu (*a mãe*) aí a minha avó ficou lá, nessa mesma casa. Passou só uma segunda viagem, ou terceira viagem que meu avô fez no interior e aí ele foi assaltado, e aí mataram ele no interior. Roubaram tudo do comercio do batelão. Quando veio a noticia, que foi falar pro delegado de polícia, e aí prenderam o ladrão. Prenderam, mas prenderam lá, não veio pra Manaus. Aí uma pessoa, uma senhora lá foi que viu que encontrou a pessoa morta. Lá num lugar lá do interior, não sei se foi no matagal, não sei aonde foi. E ela conheceu que era do batelão tal, certo? Que vendia isso e aquilo. Aí que foi que aconteceu... Um outro senhor que também era de lá, foi, veio e trouxe a noticia e tudo (AZULAY, 2011. Entrevista).

A morte do avô, pouco lembrado por Clara que na época era apenas uma criança, deixou sua avó, que naquela circunstancia já tinha assumido o seu papel de mãe, numa situação financeira muito difícil. A casa que moravam na rua Visconde de Porto Alegre em Manaus/AM, precisou ser entregue, pois não tinham condições de manter o aluguel, como ela narra:

Aí a minha avó saiu daquela casa e veio morar mais embaixo. Até hoje eu tenho umas amigas que moram lá, as pessoas e a casa ainda existem. Que foi uma sala que eram de judeus que cedeu pra ela morar, morava eu, minha avó e esse meu tio que era filho dela que ficou. Esse meu tio trabalhava, naquele tempo tinha bonde e ele era fiscal dos bondes que era da... De uma companhia inglesa que tinha, e ele tinha competência, né? E ficou como fiscal dos bondes. E aí passou, passou ele cresceu, minha avó já saiu de lá e veio morar onde é a casa do óleo na Sete de Setembro - ainda existe a casa do óleo, era uma casa de ponta a ponta ate lá na primeira ponte. Era vila de casas, a



minha avó ficou morando comigo lá. O meu tio ele viajava muito pra Belém. Em Belém ele conheceu uma fulana e ficou morando pra lá, casou ficou pra lá, ai ficou só eu e ela (AZULAY, 2011. Entrevista).

O apoio da comunidade judaica foi essencial para superação das dificuldades materiais enfrentadas por Clara e sua avó. Durante essa fase ruim, os judeus se solidarizavam, prestando ajuda financeira e cedendo espaços para que pudessem morar. Essa característica de ajuda mútua foi bastante utilizada entre a comunidade durante a imigração. Aqueles judeus que já estavam na Amazônia e possuíam uma estabilidade financeira, acolhiam os recém-chegados. Essa prática não era válida apenas para parentes, mas para todo judeu que estivesse necessitando de assistência material³ e não tinha referências no Brasil:

Vivia assim... Minha avó fazia, a comunidade ajudava. Eu estava no patronato de santa Terezinha não pagava colégio estudando lá [...]. Depois o que aconteceu? Fomos pra... Ficamos lá morando, aí na Joaquin Nabuco. Já existia duas judias morando que era dos Assayag, agora ela já até faleceu, com cem anos ela faleceu. E nós ficamos pra lá: - Ah, dona Léo venha morar aqui, e olha o que eu tenho aqui... E o porão da casa era habitável tinha sala, quarto, cozinha, tinha tudo sabe? - Nós estamos aqui em cima, mas a senhora pode ficar aqui em cima. Deixe suas coisas todas aqui... Ela tinha as mobílias dela né? Cadeiras, cama, ainda aquelas camas antigas de ferro, toda de tela de ferro. Tudo ela tinha, guarda-roupa... E aí nós passamos pra lá, e ai nós ficamos lá... Eu estudando no colégio, ela costurando pra fora. Fazia camisa de homem, né? O meu tio tinha uma lojinha logo em frente à casa onde a gente morava e minha avó paterna também costurava. Mas ela não podia costurar, eles tinham a loja ela tinha a cozinha pra fazer. Antigamente as mulheres não trabalhavam. Só em casa né? Então minha avó tinha seis, sete, oito filhos né? (AZULAY, 2011. Entrevista).

Depois que o tio se casou e mudou-se para Belém, dona Clara e a avó encontraram um novo rumo, tornando-se hóspedes da família Assayag. Além da ajuda recebida pela comunidade, sua avó também costurava para fora, na tentativa de aumentar sua lucratividade. Quando nos relata que sua avó materna costurava para ajudar no sustento do lar, ela lembra também que sua



outra avó (paterna) também sabia costurar, mas não exercia a atividade porque precisava cozinhar para os filhos, já que trabalhavam no comércio. Foi nesse novo ambiente, quando ela já era uma moça, que dona Clara vivenciou um dos momentos mais difíceis da sua vida, que foi o seu casamento.

“Eu me casei muito nova também”, assim que nossa entrevistada, fazendo alusão à vida de sua mãe definiu seu casamento. Ela conta como foi o seu casamento:

Foi fogo pra casar (risos). Não queriam porque o meu marido era católico, não era judeu. Foi difícil, difícil mesmo... Mas difícil, ficou assim. Naquela época, Deus o livre, uma moça judia com o católico, menina! O mundo desabava em cima dela, mais desabava mesmo. Pois é, eu me casei (AZULAY, 2011. Entrevista).

Selecionamos esse trecho da entrevista por acreditarmos que Clara faz uma relação direta da sua vida com a de sua mãe. No início da sua entrevista quando nos conta da história do seu núcleo familiar, ela lembra que sua avó, a mesma que anos depois vai se opor ao seu casamento, também não aceitava o casamento de sua mãe com o seu pai, por causa da juventude:

Aí o que aconteceu? Ela ficou gostando do meu pai e casaram, porque antigamente os judeus eram assim: Ah! gostou? Então, não tinha coisa de namorar anos e anos pra conhecer, não tinha nada disso ah! Casou? Casa pronto! Fizeram o casamento, a minha avó materna ela não queria porque a minha mamãe era muito nova, então ela achava que não devia e tal, mas casaram. (AZULAY, 2011. Entrevista).

A situação da nossa narradora era bem mais difícil, pois, a questão não era apenas a sua juventude e inexperiência, mas principalmente, sua união com um católico, que do ponto de vista religioso era incorreto. A Torá proíbe explicitamente o casamento misto, com base na quinta parte, do livro de Deuteronômio, 7: 3-4: “E não te aparentarás com eles: tua filha não darás a seu filho, e sua filha não tomaras para teu filho, porque ele desviará teu filho de me seguir, e servirão a outros deuses, e crescerá a ira do eterno sobre ti, e ele te destruirá depressa.” Esse princípio é tomado pela Lei rabínica, até nos dias de hoje como orientação para judeus que desejam se casar. Para a entrevistada,

Bom, quando eu me casei pronto. Eu resolvi namorar, agora pra casar não foi fácil. Não podia me pedir em casamento, porque não gostavam, e eles queriam que eu



terminasse e eu não terminei de jeito nenhum, eu não terminei. Eu continuei fui, fui namorando, namorando. Conclusão, quando foi um dia uma vizinha de casa, ai disse assim: – Olha, Clarita, tu não vai casar? – Menina, como que eu vou casar? Só eu e minha avó, e eu vou-me embora. Não, mas tu casa, não paga nada é lá no tribunal. Eu casei no tribunal e serviram de testemunhas esses vizinhos. Ai eu casei e pronto. (AZULAY, 2011. Entrevista).

Esta atitude corajosa de Clara Azulay, contrariando as tradições judaicas, revela como as mulheres são capazes de quebrar os padrões normativos estabelecidos pela sociedade ou pelo grupo familiar, para alcançar os seus objetivos, no caso um casamento de uma jovem judia com um católico, e escondido, como ela continua narrando:

Escondido! Daí pronto, mas depois a minha avó não queria nem me ver. Mas depois me viu, porque precisou né? (risos). Mas a outra minha avó paterna não quis me ver nem por nada. Aí ficou pra lá a família toda, pra lá, só uma tia minha que até hoje gosta muito de mim. (AZULAY, 2011. Entrevista).

Clara Azulay se casou com um português de nome Liberal em 1940, quando tinha apenas quinze anos de idade. Casamentos mistos eram frequentes na história dos judeus, principalmente nos interiores onde as comunidades eram reduzidas, e o grau de complexidade de suas organizações também eram menores. Todavia, em Manaus já existia uma sinagoga, com oficiante religioso, práticas institucionalizadas, ou seja, uma comunidade mais sólida do ponto de vista organizacional e mais normativa do ponto de vista moral. Em plena década de 1940, Clara Azulay teve a coragem de contrariar a moral religiosa da comunidade que contribuiu diretamente com a manutenção econômica de sua família. O casamento de nossa narradora foi uma decepção para maioria dos seus familiares e para sua comunidade religiosa. No entanto, ela ousou desafiar:

Antes de mim, eu tinha 12 anos, eu me lembro tão bem como hoje [...]. Tinha uma família judia mesmo que morava na Lauro Cavalcante, eu me lembro até da casa. E ela tinha três filhas moça e dois rapazes. Muito religiosa, né? E era amiga da dona Alegria, da mãe dessas moças que eu convivia muito [...]. Quando nós soubemos: Olha, sabe a filha da Mirian? Tá namorando com católico. Ai meu Deus do céu! Aquilo... O mundo desabou! E agora o



que se faz? E olha que o cara tem dinheiro, filho de português, que antigamente tinha muito português aqui. O português é rico. E o que aconteceu casou a menina com o português. Minha filha... Parece que foi a morte dela, até cortina de preto ela botou. Ela pintou a casa de preto. E um dilúvio fez a mulher, e ela chorou, chorou... – Vai ver a casa da Mirian, ela tá de preto chorando parece que a menina faleceu. E eu fiquei assim, né?... Puxa! Mas, eu estudo em colégio de freira e não é assim. Menina era por causa da religião, não era por causa das pessoas (AZULAY, 2011. Entrevista).

Apesar de hoje ser considerada uma comunidade liberal, nos anos 1940 do século 20, as famílias procuravam seguir a risca, as leis rabínicas, reprovando os casamentos mistos. Situações como de Clara Azulay representavam uma negação da comunidade e dos seus valores. No entanto, nossa entrevistada continuou ligada ao judaísmo, participando/praticando e vivenciando suas convicções, mostrando-nos que a experiência religiosa e a identidade religiosa não são fixas, mas possuem suas variações. Sua condição não a tornou menos judia, ao contrário, sua vivência ajudou a comunidade e instituições como a família, repensarem valores, contribuindo assim, para que gerações futuras aprendam com sua experiência e consolidem uma vivência religiosa a partir da prática da liberdade e da relativização. Como propõe Joutard (2000): “relativizar não significa nem diminuir nem menos ainda desprezar. Fazer compreender, a uns e outros, que se reconhece a parte da verdade que exprimem, mas que sua verdade não é a verdade global é ajudá-los a abrir suas identidades” (p. 44).

Essas histórias de vida nos permitem pensar a identidade judaica a partir da vivência do cotidiano, onde os acontecimentos vivenciados por nossas entrevistadas os colocam de encontro com suas construções culturais, ideológicas e sociais. Esse encontro nem sempre é convergente, pois pode colidir com atitudes sociais de lutas e disputas, que por sua vez são fatores de mudança e movimento, fazendo com as identidades estejam numa fronteira, que oscila entre o ser e o vir- a ser.

Considerações finais

As narrativas orais aqui apresentadas são representações dos jogos de poder e das relações sociais vividas por essas mulheres. Cada relato nos ajuda a historicizar as famílias dos imigrantes judeus marroquinos que chegaram à Amazônia em fins do século 19, mostrando que ainda se trate de um grupo



étnico que possui uma identidade bem demarcada, as relações familiares são construções não acabadas, com múltiplas possibilidades de abordagem.

As narrativas orais são as formas pelas quais Luna Cagy e Clara Azulay significam seu passado, ao mesmo tempo em que pelas suas significações oferecem-nos uma rica apreensão dos padrões sociais e culturais que estão em constantes transformações. Suas narrativas, históricas, emotivas e intersubjetivas expõem detalhes dos desafios enfrentados por ambas, ao mesmo tempo em que indicam as modificações que operaram nas relações familiares pela própria ação destas mulheres.

Em contextos variados, nossas narradoras revelam como as esferas familiares estruturam-se a partir de princípios religiosos, mas não se encerram neles, uma vez que as histórias de vida dessas mulheres apontam para o fato de que as responsabilidades são definidas também por relações sociais de gênero. Assim, pode-se dizer que homens e mulheres refletem em suas organizações familiares os valores e sentimentos do seu tempo, evidenciando como as instituições possuem uma historicidade própria.

* **Maria Ariádina Cidade Almeida** Professora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Acre, Mestra História Social da Amazônia.

** **Teresa Almeida Cruz** é Professora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Acre, Doutora em História Cultural.

Notas

¹ De acordo com VAINFAS (2005) Os judeus marroquinos eram originários da Espanha, de onde foram expulsos pelos reis católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, durante o século 15.

² Esses dados foram retirados da pesquisa de BEMERGUY, Amélia. *Imagens da ilusão: judeus marroquinos em busca de uma terra sem males, Pará 1870-1910*. PUC-SP, 1998 (Dissertação).

³ Em Belém foi fundada uma Sociedade Beneficente Israelita de ajuda mútua para auxiliar os recém-chegados. No Amazonas, esse auxílio era feito por meio das famílias que agregavam esses “patrícios.”



Referências

BENCHIMOL, Samuel. *Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2008.

BEMERGUY, Amélia. *Imagens da ilusão: judeus marroquinos em busca de uma terra sem males, Pará 1870-1910*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/SP, 1998 (Dissertação).

DAHAN, Issac. *Orgadol: Comentários sobre a Torá e as festas judaicas*. São Paulo: Editora Sêfer, 2009.

FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: estudos e notas*. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fio Cruz, Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC/FGV, 2000.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. *Cadernos de pesquisa*. v. 37, n. 132, p. 595-609. Set./dez.2007.

LIBERMAN, Maria. *Os judeus na Amazônia séculos XIX e XX*. USP, 2009 (Tese).

LINS, Wagner. *Estrela minguante: memória e resignificação do judaísmo no interior do Estado do Pará*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. (Dissertação).

PASSERINI, Luisa. *A memória entre política e emoção*. Trad. Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011. (Coleção Ideias)

RICOEUR, Paul. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. Trad. Carlos João Correia. *Arquipélago*, n. 7, p. 177-194, 2000.

VAINFAS, Ronaldo; HERNAM, Jacqueline. Judeus e conversos na Ibéria no século XV; sefardismo, heresia e messianismo In: GRINBERG, Keila (Org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em História*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

Fontes orais

AZULAY, Clara. Entrevista concedida a Maria Ariádina Cidade Almeida. Manaus, 23/11/2011.

CAGY, Luna. Entrevista concedida a Maria Ariádina Cidade Almeida. Manaus, 02/05/2011.